



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
REI - COLEGIO DE DIRIGENTES



ATA DE REUNIÃO Nº 3/2022 - REI-CLD (11.02.37.18)

Nº do Protocolo: 23147.007978/2022-57

Vitória-ES, 20 de outubro de 2022.

**Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**Ata da reunião do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**11 de março de 2022**

No dia onze de março de dois mil vinte e dois, reuniu-se o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às nove horas, por web conferência, sob presidência do Reitor Jadir José Pela, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, Sr. Luciano Toledo; da Pró-reitoria de Ensino, Sra. Adriana Piontkovsky; da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Sr. André Romero; da Pró-reitoria de Administração, Sr. Lezi José Ferreira; da Diretoria Executiva, Sra. Danielli Veiga Carneiro Sondermann; da Diretoria de Tecnologia da Informação, Sr. João Marcos Mareto Calado; da Diretoria de Gestão de Pessoas, Sr. Pablo Augusto Panetto de Moraes; do campus de Alegre, Sr. Rômulo Matos de Moraes; do campus Aracruz, Sr. Leandro Bitti Sant'Anna; do campus Barra de São Francisco, Sra. Conceição Regina Pinto de Oliveira e Sr. Leonardo Siqueira; do campus Cachoeiro do Itapemirim, Sr. Edson Maciel Peixoto; do campus Cariacica, Sra. *Jocélia Abreu Barcellos* Vargas; do Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância, Sra. Mariella Berger Andrade; do campus Centro Serrano, Sr. *Renato* Chaves Oliveira; do campus Colatina, Sr. Octávio Cavalaria Júnior; do campus Ibatiba, Sr. Eglon Rhuan Salazar; do campus Itapina, Sr. Fábio Lyrio; do campus Linhares, Sra. Sandra Mara Bassani; do campus Nova Venécia, Sr. Anderson Rozeno Bozzetti Batista; do campus Piúma, Sr. Marcelo Fantini Polese; do Polo de Inovação Vitória, Sr. Rodrigo Varejão Andreão; do campus Santa Teresa, Sr. Ednaldo Miranda; do campus São Mateus, Sr. *Eros* Silva Spalla; do campus Serra, Sr. Gilmar Vassoler; do campus Venda Nova do Imigrante, Sra. Máira Maciel; do campus Viana, Sra. Regiane Teodoro; do campus Vila Velha, Sr. Diemerson Saquetto; do campus Vitória, Sr. Hudson Luiz Côgo. O Presidente ao cumprimentar os presentes abre a reunião, e a seguir, lê a minuta de pauta com os seguintes itens: **1- Aprovação Ata 10 de dezembro de 2021; 2- Implantação da Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) no âmbito do Ifes, 3- Formato de Reuniões do Colégio de Dirigentes em 2022 (web / presencial); 4- Apreciação da exigência de passaporte vacinal Covid-19; 5- Processo Seletivo dos Cursos Técnicos; 6- Organização do Ano Letivo de 2022; 7- Instrução Normativa SGP /SEDGG/ME Nº 90; 8. Informes.** O Presidente abre o **item 1** e o Colégio de Dirigentes aprova a ata da reunião de 10 de dezembro de 2021. O Presidente abre o **Item 2** e passa a palavra para a servidora Sílvia que, após cumprimentar os presentes, relata que está lotada na Coordenadoria de Controle Externo e que, em dezembro de 2021, foi designada Autoridade de Monitoramento da LAI no Ifes, explicando que essa lei é de 2011 e que regulamenta o acesso à informação tendo sua previsão no texto constitucional. Explica que a Lei é bem ampla e traz uma série de ações que devem ser adotadas pelos órgãos com o intuito de dar transparência a dados e a informações institucionais. Destaca que atualmente, os órgãos de controle tem acompanhado o cumprimento da LAI, em especial, o relatório anual, documento que o Ifes ainda não elaborou. Por isso, ressalta a necessidade de ser realizado um amplo trabalho, e divulga que a Auditoria Interna recomenda a elaboração desse relatório anual. Explica que a apresentação tem o intuito de iniciar um trabalho em conjunto entre os campi e reitoria, cujo o início, vide a quantidade de ações a serem realizadas, deve ser o mais breve possível, e esclarece que, para os órgãos de controle, não adianta apenas disponibilizar a informação no site, pois ela deve estar clara e acessível, acrescentando que a CGU possui uma cartilha que orienta a publicação de informações. Sugere que cada campus defina um responsável ou uma equipe que possa ficar responsável pela implantação da LAI e também pelo repasse de informações para compor o relatório anual que contemplará todas as áreas do Ifes. Ressalta que o objetivo do seu trabalho é entregar o relatório e atender toda legislação, assim, esse é apenas o primeiro momento de familiarização para com um assunto muito importante. Coloca-se a disposição para quaisquer dúvidas e divulga o e-mail para contato: [autoridademonitoramento@ifes.edu.br](mailto:autoridademonitoramento@ifes.edu.br). O Presidente agradece a disposição da servidora Sílvia em trabalhar

com tema tão delicado e importante para a instituição, destacando que é uma obrigatoriedade legal a elaboração do relatório, por isso, solicita que os diretores, pró-reitores auxiliem na execução desta tarefa, uma vez que, quando não se cumpre uma decisão do TCU, há uma ordem de cumprimento posterior em um prazo mínimo, e caso haja um novo descumprimento, a situação é encaminhada para uma instância superior por meio de um processo de improbidade administrativa. A servidora Sílvia explica que o servidor designado acompanhará o que precisa ser feito e irá repassar para a autoridade de monitoramento a situação do processo para que ela possa elaborar o relatório, além de acompanhar a implementação da LAI nos campi. O dirigente Leandro questiona o prazo para indicar o responsável e também qual é o modelo de trabalho que será utilizado para com os campi. A servidora Sílvia destaca que não há uma definição de data, mas que deve ser o mais breve possível, pois o relatório tem que estar finalizado no começo de dezembro de 2022, e que com relação com a estratégia, informa que haverá uma conversa pela qual será exposto o que tem feito, a partir de um planejamento trimestral pelo qual as ações e os problemas serão avaliados. O dirigente Diemerson sugere que sejam as chefias dos gabinetes uma vez que foram elas que já atuaram junto à Diretoria Executiva do Ifes sobre assunto correlato. O dirigente Rômulo, ao informar que o campus de Alegre possui 10 links em seu site sobre a LAI, questiona se haverá uma padronização institucional. A servidora Sílvia explica que será alinhado com a ACS a questão de publicação nos campi e confirma que há uma busca pela padronização institucional uma vez que a cartilha da CGU preconiza a padronização. O Presidente sugere que, após o envio dos nomes, até dia quarta-feira, dia 16/03/2022, seja realizada uma web-conferência para o alinhamento dos trabalhos a serem realizados. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável com a data sugerida, ou seja, 16 de março de 2022. O Presidente abre o **item 3** e sugere que as reuniões por meio de web sejam mantidas. O dirigente Gilmar também manifesta sua preferência pela manutenção do formato web, principalmente no primeiro semestre, acrescentando que no segundo pode haver reuniões presenciais. O dirigente Leandro destaca que o formato web é bem interessante, mas sugere que, de acordo com a necessidade do Colégio de Dirigentes, haja também a possibilidade de realização de reuniões presenciais, destacando que os diretores exercem cargos políticos e as vezes, a presencialidade de uma reunião pode auxiliar em diversas demandas do campus. O Presidente propõe que seja mantido o formato de web e caso haja necessidade será realizada uma reunião presencial. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável à proposta. O Presidente abre o **item 4** e relata que houve uma reunião com vários diretores e a equipe médica sobre esse tema e que, a partir de um processo do Sinasefe, foi solicitado um parecer a Procuradoria Federal sobre a exigência de passaporte, para o qual os procuradores se manifestaram contrários. Acrescenta que, caso a decisão seja pela exigência, será necessário regulamentar, ou seja, estabelecer procedimentos de fiscalização e possíveis penalizações para a ausência do passaporte. Destaca que a exigência é mais problema do que solução, pois não se aplica apenas aos servidores e alunos, mas sim, a todas as pessoas que trabalham ou circulam nas dependências do Ifes, tal qual, terceirizados, colaboradores da limpeza, etc. Explica que o assunto está sendo tratado, primeiramente, no Colégio de Dirigentes e que depois será encaminhado ao Conselho Superior. Ressalta que o cenário atual da pandemia é muito dinâmico e que atualmente está em queda, justificando que, semana que vem ou na outra, há a possibilidade de que a exigência de máscaras seja restrita apenas a ambientes fechados em muitas regiões. O dirigente Hudson declara que recebeu a solicitação da imensa maioria das coordenadorias do campus Vitória, sendo que em algumas delas, o próprio coordenador assumiu a questão, e que, por representar uma coletividade, mesmo não concordando com o pleito o compartilha com os demais colegas dirigentes. Revela que é um procedimento que operacionalmente é inviável, visto que há muitas dúvidas de como ser controlado e de como cobrar o passaporte. Informa que há um grupo significativo, que mesmo vacinados, manifestaram a intenção de não apresentar o comprovante caso ele seja obrigatório, e que, diante dessa situação, qual seria a sanção que o Ifes poderia aplicar. Destaca que 25 das 29 universidades vão exigir o passaporte vacinal e que apesar de o Ifes ter autonomia, a execução dessa ação é extremamente complexa, e que por isso, os dirigentes devem ter uma posição unificada para a reunião do Conselho Superior. O Presidente questiona como seria a exigência de passaporte para campi enormes como os agrícolas, explicando que é uma atividade muito difícil de ser realizada e acrescenta que 50% dos institutos federais adotaram o passaporte vacinal. O dirigente Gilmar lembra que esse tema foi discutido no Fórum de Diretores-gerais, em janeiro, o fórum de diretores, e revela que era favorável ao tema, mas que no momento, não há qualquer sentido, pois haverá uma confusão absurda por algo que o passaporte não vai evitar que é o contágio, e finaliza ressaltando que não há ganho significativo com a medida. O Presidente revela que foi feito um levantamento com o servidores e que 99,9% destes tem o ciclo vacinal completo. O Dirigente Leandro concorda com o dirigente Hudson e apenas complementa a fala com a questão do *timing*, pois não é o momento para se exigir o passaporte, e considerando a necessidade de regulamentação, vai demorar mais tempo ainda. Explica que o Ifes já retornou em outubro e a UFES está fazendo seu retorno agora, e assim, pelo fato de, na pandemia, ter tido uma ação de vanguarda, há uma diferença entre as situações das instituições, acrescentando que em nível nacional, há cidades, estado que está discutindo abolir a obrigatoriedade da máscara. A

dirigente Regiane Teodoro destaca que era favorável ao passaporte, mas mudou o posicionamento depois das discussões, pois é uma situação muito complexa. A dirigente Conceição relata que observar e exigir o uso de máscaras dentro dos ambientes dos campi é muito mais seguro do que exigir passaporte de vacina. O dirigente Diemerson destaca que hoje o Ifes não tem condição de cobrar o passaporte vacinal, pois é outro momento político, sanitário e também epidemiológico. Por isso, é necessário pensar nos protocolos, como o afastamento entre alunos e salas abertas. Explica que o campus Vila Velha, em primeiro momento, foi a favor do passaporte, posicionamento que trouxe mais ônus do que bônus e para o qual havia um silêncio processual e legal. Destaca que a operacionalização, apesar de possível, é muito difícil. E que, naquele tempo, ou seja, há 6 meses havia uma coerência tanto com a situação da pandemia em crescimento quanto com o curso de biotecnologia do campus, mas que agora, não é o momento de causar essa convulsão na instituição com algo que é vencido. O Colégio de Dirigentes se manifesta contrário à exigência do passaporte de vacinação das dependências do Ifes. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para a pró-reitora Adriana que relata que todos acompanharam as dificuldades que o Ifes enfrentou com a sociedade por causa do formato dos processos seletivos, acrescentando que havia uma expectativa de retorno a aplicação de provas, principalmente para o público das escolas privadas e dos cursinhos, destacando que houve, no ano passado, um protesto em frente à Reitoria. Destaca que foram realizadas reuniões difíceis e que a prova do Ifes, tradicionalmente, é muito esperada. No entanto, quando se pensa no processo de ensino ao longo dos anos, o histórico escolar tem que retratar isso, e que a diferença entre as escolas será retratada na prova. Explica que, não houve dificuldades para com o Ministério Público, alertando que, nesse caso, houve sempre o respaldo pela pandemia e que há uma expectativa da sociedade para o retorno da presencialidade. A diretora Sanandrea destaca os pontos do questionário e exhibe as potencialidades apontadas pelas comissões e CRA. A seguir exhibe as fragilidades apontadas pelas comissões e CRA. Depois, apresenta os dados financeiros dos processos seletivos de prova e de análise de histórico, comparando-os. Relata que os procedimentos de heteroidentificação aumentam o custo por volta de 90 mil, caso sejam realizados online, se forem realizados de forma presencial, não é possível, nesse momento, mensurar os custos. O dirigente Leandro relata que foi feita uma reunião com a Proen, na sexta-feira, dia 25/02, e que depois houve mais dois momentos no Fórum para discutir esse tema que é das pautas principais. Detalha que o Fórum tem posições favoráveis tanto para a prova quanto para o histórico e que por isso, pede que a definição não seja realizada hoje, pois é importante que o Fórum possa se reunir mais uma vez. Ressalta que o Fórum solicitou que a comunidade interna e externa fossem ouvidas, ou ao menos, o Conselho de Gestão. O dirigente Gilmar explica que solicitou ao Diretor de Ensino um levantamento sobre o tema, e confessa que as melhores decisões possíveis foram tomadas. Assim, com base dos dados levantados concluiu-se que: para o superior é o Sisu; para o proeja a melhor opção é o sorteio, pois os alunos tem medo; no concomitante, o sorteio teve quantidade excessiva de inscrições mas não houve efetividade na matrícula, por isso, houve necessidade de chamar muita gente e as turmas demoram a fechar; no integrado, houve muitas reclamações de que as notas estavam sendo alteradas, fato que não há como ser comprovado. E resume que, para o campus Serra, o Proeja deveria ser sorteio, e os concomitantes e os integrados deveriam voltar para as provas. O dirigente Octávio solicita, tal qual relatado pelo dirigente Leandro, que a comunidade seja consultada, pois a discussão foi realizada no Fórum, e agora, com um retorno do ritmo normal, a comunidade precisa ser ouvida. Explica que no Conselho de Gestão do campus Colatina houve uma conversa inicial, e foi realizada uma pesquisa com a comunidade, pela qual: mais de 95% dos alunos que entraram em contato são favoráveis ao retorno das avaliações nos processos seletivos; dos 78 professores, 95% desejam o retorno do processo avaliativo falando dos integrados. Em relação aos alunos, 640 dos integrados foram entrevistados e 480, ou seja, 80% desejam o retorno da prova, 10% continuar com o histórico e 10% um sistema híbrido. Assim, como resultado há uma margem superior a 90% para retorno das avaliações e do público externo em torno de 95% para o retorno das provas para os cursos integrados. O dirigente Hudson declara que no campus Vitória a situação não é diferente, e concorda com o dirigente Gilmar para que o Proeja tenha um processo diferente. Explica que, quando o Sisu surgiu veio carregado de dúvidas e com o passar do tempo se mostrou bastante interessante, principalmente, no seu processo de matrícula, pois é sempre traumático a questão da chamada de suplentes. Por isso, sugere que o tema seja discutido no Conif ou em outras instâncias, no entanto, declara que é chegada a hora de tentar trazer o Sisu para os processos seletivos dos cursos técnicos, vide a possibilidade de configurar o sistema dando peso em outras áreas. Conclui que a volta as provas presenciais é necessária, mas não podemos perder a oportunidade de investigar, de pesquisar o que está sendo feito. A pró-reitora Adriana relata que não fez um levantamento nacional, mas declara que havia institutos federais utilizando-se da análise de histórico antes da pandemia. Explica que o IFSP fazia análise de histórico há 4 anos, mas um juiz derrubou e houve o retorno das provas, acrescentando que essa condição depende do público e até do judiciário. Relata que essa é uma decisão complexa e difícil porque é política e há muitos elementos envolvidos, questões internas e externas, acrescentando que, quanto a qualidade das turmas, não há dados para comprovar se há turmas

melhores ou piores, e posiciona-se contrária ao sorteio. Explica que o processo seletivo é muito complexo e que nos dois anos anteriores à pandemia houve muita tensão, destacando que as equipes de processo seletivos são compostas pelos próprios servidores e que há muito gente envolvida. Destaca que, no último processo seletivo, houve um plágio gravíssimo, e por isso, há muitos elementos para se pensar. No entanto, solicita encarecidamente, que todos tenham cuidado para falar dos históricos alterados nas redes, pois é perigoso visto que não há como provar, e por isso, por não haver como provar, não há como se trabalhar na questão. E para finalizar, destaca que há um bombardeamento de pergunta quanto ao formato de processo, e por isso, se houver o retorno da prova, deve-se pensar estratégias possíveis para que elas possam acontecer, e acrescenta que, não se pode, pela visibilidade da instituição, finalizar o mês de março sem essa definição. A diretora Sanandrea destaca, esclarecendo uma dúvida do dirigente Hudson, que o edital foi alterado com o intuito de melhorar o fluxo de chamada, e que o Ifes tem ouvido outros institutos, tentando entender a experiência e que o público do curso técnico tem outra maturidade se comparado com o público de graduação. O dirigente Edson destaca que essa é uma decisão de política educacional que será refletida no caminho que o Ifes adotar a partir do processo seletivo, portanto, o que é cultural ou não precisa ser deixado de lado porque senão a instituição vai pelo que ela sempre fez, destacando que, durante a pandemia, o Ifes experimentou outro processo seletivo. Explica que, se de um lado, no processo seletivo por prova há uma avaliação de um dia onde o aluno se prepara para aquela prova; do outro lado, a análise de currículo como uma ação continuada, pode influenciar a educação estadual e fazer com que o aluno não abandone os cursos, e ainda tira o foco dos cursinhos que, infelizmente, separam aqueles que podem e aqueles não podem pagar. Assegura que essa reflexão é para o integrado, pois, para o concomitante pode se pensar outras possibilidades, acrescentando que em conversas no campus, nas quais 12 pessoas se pronunciaram, 7 delas se posicionaram-se favoráveis à prova, e 5 para a análise de currículo. A dirigente Sandra, em contraponto ao dirigente Edson, destaca que a análise incentiva o aluno a melhorar as suas notas, e ressalta que muitos alunos da escola fundamental, em condição de vulnerabilidade, não tem boas notas, pois falta transportes, alimentação. E assim, nos dois anos finais, no seis meses finais, muita gente que não conseguiu uma formação adequada, investe, faz parte de grupo de estudo, vai à biblioteca, decide-se para melhorara o conhecimento pois tem um prova lá na ponta. O dirigente Diemerson destaca as dificuldades operacionais em ter processos diferenciados de acordo com as realidades dos campi, e relata que foi aluno do Cefetes e que havia um desejo de estar no Cefetes, e por isso, os alunos se empenhavam para estudar, havia uma dedicação gigantesca. Acrescenta que o processo seletivo é só uma parte desse filme, pois além dele, deve-se pensar a permanência e o sucesso, e assim, questionar se será possível manter os níveis e os indicadores. Reconhece que há cursos que podem ser melhoradas, enquanto há outros difíceis, e somando-se aos problemas de retenção e evasão, deve-se analisar a qualidade do processo seletivo que acolha outras realidades e possibilidades, manifestando que o campus Vila Velha é favorável às provas. O dirigente Leandro ratifica que o assunto é complexo, vide a manifestação dos dirigentes, e que não há um consenso no Fórum de Diretores-gerais. Destaca a importância de ter o respaldo e validação da comunidade, e para isso, é imprescindível ouvir, ao menos, o Conselho de Gestão. O Colégio de Dirigentes, diante da impossibilidade de se decidir sobre o processo seletivo nesta reunião, manifesta-se favorável a realização de uma nova reunião, com apenas esse tema, na próxima segunda-feira, dia 21/03/2022, às 18 horas. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para a pró-reitora Adriana que a organização do ano letivo 2022 cai com o pedido do dirigente Leandro, e destaca que a proposta de ato de retorno a presencialidade foi apresentada ao Fórum de Diretores-gerais, que levantou algumas questões, e por isso a Proen está trabalhando com os diretores de ensino. Assim, pede a retirada do item de pauta. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável ao pedido e o item é retirado de pauta. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o dirigente Leandro que explica que os campi enfrentam situações difíceis por causa da IN, destacando que há situações em que metade de coordenadoria está autodeclarada e o campus funcionando presencialmente. Assim, diante dessas situações que tornam o trabalho do gestor muito mais difíceis, solicita informações sobre as chances da IN ser revogada, ou que se possa construir um encaminhamento coletivo que minimizem os problemas dos campi, pois, o momento das autodeclarações chegaram ao limite. O pró-reitor Luciano relata que o Ifes e o Ifsuldeminas são os institutos mais avançados no que tange ao retorno presencial, explicando que há reflexo na administração direta quando as coisas caminham mais alinhadas do ponto de vista de rede. Destaca que foram feitas investidas no Ministério da Economia pelo Conif e pelo próprio Ifes, e que ao contatar o técnico responsável pela IN, ele disse que a IN está sendo avaliada. Assim, divulga a percepção pela qual há uma movimentação do Governo Federal, Ministério da Saúde para mudar a situação de pandemia para endemia, o que, conseqüentemente, trará reflexos na IN. O Presidente acrescenta que o tanto o Ifes quanto o Ifsuldeminas iniciaram suas atividades mais rapidamente, avançando com mais celeridade em questões de retorno e presencialidade. Explica que, no final do ano passado, ao questionar a IN 90, era uma fala solitária que não encontrava ecos nos órgãos colegiados da rede. No entanto, na virada do ano o assunto entrou na pauta do Conif e passou a ter uma

discussão institucionalizada. Divulga que o Secretário da Setec informou que a IN terá uma alteração em março, e, como reitor, acredita que ela será revogada, e acrescenta que haverá reunião do Conif de 22 a 24 de março. O dirigente Leandro solicita que, caso as alterações na IN não contemplem as necessidades do Ifes, que o item volte a pauta do Colégio de Dirigentes para a reunião de 14/04/2022. O pró-reitor Luciano considera complicado entrar no mês de abril com as autodeclarações vigentes, e caso a IN não seja revogada, sugere que deve-se declarar as atividades essenciais no Ifes. O Colégio de Dirigentes concorda que, caso a IN não seja revogada e se alterada, as alterações não atendam os interesses do Ifes, que o assunto seja discutido na próxima reunião do Colégio de Dirigentes em 14/04/2022. O Presidente abre o **item 8** e passa a palavra para o dirigente Hudson que destaca a preocupação de alguns colegas com a minuta de teletrabalho, explicando que, na operacionalização, muitos diretores perceberam que a minuta não se aplica de forma conveniente aos campi, pois não há margem para se trabalhar. Confessa que o assunto tem tirado o foco de outras questões e possivelmente se desdobrará em muitos problemas. Exemplifica que o cronograma é muito apertado e que há dificuldades para todos, e acrescenta que o teletrabalho vai descortinar a desunião entres os campi e os servidores. Relata que a comissão central não aceitou as alterações propostas pelo campus e por isso, propõe o adiamento da minuta, pois há campi que não vai entrar e outros que não estão avançando. Destaca que o cronograma é muito amarrado, com período dentro de feriados, e que já está agendada uma live sobre um sistema que os dirigentes desconhecem. O dirigente Diemerson relata que essa semana não conseguiu participar da Cidade da Inovação para viabilizar o calendário do teletrabalho no campus. O dirigente Gilmar explica que na reunião do Fórum de Diretores-gerais essa questão foi discutida e houve a elaboração de um documento que foi encaminhado à comissão central. A dirigente Máira Maciel considera importante não alterar a data para os campi que conseguirão se organizar para publicar no dia 14 de março, acrescentando que a live já foi feita, o cronograma passado aos servidores, o edital pronto e que alterações enfraquecem a gestão em um assunto tão delicado. Mas apoia os colegas que precisam de uma data posterior, e assim, pode-se pensar em fazer em duas levas. O dirigente Octávio Cavalari concorda com a dirigente Máira. O dirigente Fábio Lyrio relata que a minuta do campus Itapina possui adequações que melhor atendem a realidade mas está em espera, e acrescenta que o cronograma proposto pela Comissão Central tem transcurso de prazos durante sábados, domingos e feriados, esperando ações dos servidores nesses dias. O dirigente Leandro ressalta que o cronograma foi muito apertado e que a comissão do campus Aracruz trabalhou durante o carnaval, e propõe que haja uma flexibilização para início distintos e que o termino seja único. A diretora Danielli destaca que é necessário fazer um breve histórico, e considerando que a reitoria retornou o presencial em outubro, o Reitor solicitou que o teletrabalho se iniciasse em maio/2022. Explica que acompanhou o trabalho da Comissão Central, que foi bastante árduo e que a live com as comissões locais foi realizada em 22/02. Concorda que o cronograma é realmente apertado, mas que ele é fruto da própria pressão da comunidade que anseia pelo teletrabalho. Explica que a negativa para com a solicitação de Itapina se deve ao fato de que o campus queria inserir distancia de moradia do campus como critério de prioridade, e tal situação criaria um problema, visto que é uma alteração na essência do texto e impactaria na padronização. Destaca que a falta de flexibilidade da minuta é uma precaução da gestão visto que, por ser a primeira experiência, é certo que o programa será auditado, acrescentando que foi realizada uma breve apresentação do Fórum de Diretores-gerais para começar divagar o programa e que, posteriormente, foi repassada aos demais as diretrizes adotadas pela Reitoria. No entanto, os campi passaram a adotar critérios diferentes, situação que pode ocasionar uma avalanche de reclamações, além do que, os riscos dessas decisões para o programa de gestão são muito altos. A dirigente Jocélia relata que o campus Cariacica pretende começar em 02/05, no entanto, não foi possível publicar o edital em 14/03, acrescenta que compreende o workday realizado com as comissões locais em 22/02, no entanto, logo após houve feriados e finais de semana, além de que, muitos servidores estavam em férias, e acrescenta que a comissão central orientou que desde que o Programa de Gestão comece no dia 02/05, o campus pode ajustar o calendário. O dirigente Hudson destaca que a intenção do campus Vitória era começar 15 dias depois da Reitoria, e que alguns diretores querem inserir chefias e que boa parte deles vão optar pela integralidade. O Presidente destaca que essa é um assunto que deve ser analisado com muito cuidado, pois os servidores, principalmente os TAE's, anseiam por esse programa. Explica que os docentes podem colocar as horas no Pit, e que essa situação começou no ano passado, e por isso deve ser cuidado, para não acontecer o mesmo que as 6 horas, e acrescenta que tem servidores acreditando que trabalho remoto e teletrabalho são sinônimos, e são modalidades muito diferentes. Destaca que a primeira comissão iniciou seus trabalhos em 2018, baseando-se no modelo utilizado pela CGU para que houvesse o menor quantidade possível de erro, acrescenta que não há problema que uma quantidade razoável de servidores esteja em teletrabalho, mas é prudente que no início seja um quantidade menor, para iniciar o programa um pouco devagar, privilegiando os servidores que não estão fazendo 6 horas. Explica que, na reitoria, foi realizada uma reunião com só servidores e que gestão tem sido muito cautelosa mesmo com toda a pressão que tem sido exercida, ressaltando que, o início deve ser mais

cauteloso, até porque há pessoas que não vão se adaptar ao teletrabalho. O dirigente Gilmar esclarece que o campus Serra havia decidido que não iria aderir ao teletrabalho pelas limitações do campus e por achar que a turma inicial deve ser construída de forma cautelosa, destacando que os servidores já foram informados, e que vale a pena começar com o pé direito e assim minimizar as possibilidades de erro, acrescenta que muitos servidores não entenderam o conceito do teletrabalho comparando-o ao trabalho remoto. O dirigente Leandro explica que os campi não estão julgando o trabalho da comissão central, mas sim, questionando os prazos apertados do cronograma e também o fato de apenas uma reunião ter sido realizada com as comissões locais. Considera que a possibilidade de sucesso seria maior se o programa fosse iniciado no Colégio de Dirigentes que é um fórum sistêmico, exemplificando que a minuta de edital aprovada na reitoria, não atende aos campi, principalmente aos pequenos que não poderão aderir ao teletrabalho. Ressalta que a Comissão Central tem que ser sistêmica e não atender apenas os interesses da Reitoria, exemplificando que o cronograma, muito apertado, atropelou a agenda da Cidade de Inovação e tampouco atendeu as realidades dos campi. Demonstra sua preocupação com a fala da diretora Danielli pela qual subentende-se que os campi estão descumprindo a IN e a Resolução 60/2021, no entanto, afirma que não há nada errado para com as normas, e que os campi apenas estão inserindo alguns pontos da minuta para atender aos seus interesses, visto o anseio enorme da comunidade para o teletrabalho. O dirigente Fábio corrobora com a fala dos dirigentes Hudson e Leandro, explicando que o dimensionamento proposto pelo campus Itapina consiste em uma alteração é mínima que não fere o artigo 12 da IN, uma vez que a relação proposta na minuta também vai gerar insatisfação. Explica que desconhece a realidade de trabalho dos outros campi que não estão conseguindo começar agora, mas para o campus Itapina o ponto principal são os fatores de complexidade mesmo, acrescentando que entender as especificidades dos campi tem significados diferentes, e por isso, é necessário espaço para flexibilizar as decisões. Por fim, afirma que institucionalmente é evidente que a minuta não está redonda, e que, infelizmente, a reunião com as comissões locais foi mais informativa que instrutiva. O diretor Pablo destaca que, na sua posição de chefia, considera o teletrabalho um tema polêmico e que o edital não tornou as coisas mais claras ou fáceis visto que há questões que o próprio diretor da DGP tem dificuldade em compreender. A primeira diz respeito as diretrizes apresentadas pelo Conselho de Gestão. Nelas, há a proibição das chefias participarem do programa, no entanto, a resolução não veda isso, e nessa lacuna, aparecem as falas cruzadas, pela quais chegaram informações que nos campi isso não seria um problema. Destaca que pela diretriz colocada pela reitoria, os campi poderiam aderir ou não, e que para a chefia não há margem, e nesse panorama pouco animador, declara que tem até domingo para definir as vagas e a possibilidade ou não de participação das chefias. Enfatiza que na reunião com os servidores, a comissão local disse que o que era diretriz era, na verdade, uma orientação, e por causa desse desencontro, tão logo terminou a reunião, diversos servidores procuraram a DGP para informações e esclarecimentos. E acrescenta que as chefias da DGP compreenderam, mas expressa sua incerteza para com os campi. A segunda questão é sobre os 30% de servidores habilitados para participar do programa, explicando que esse percentual é impraticável e que não é determinado por nenhuma normativa dos órgãos colegiados institucionais. A diretora Danielli relata que, após a fala do diretor Pablo, percebeu a impossibilidade de publicar os editais na próxima segunda-feira, acrescentando que, seria razoável, talvez revisar a resolução. Neste contexto, considera razoável aumentar em um mês a publicação dos editais. O dirigente Anderson, ao reforçar as falas anteriores dos dirigentes que refletem as discussões realizadas no fórum de diretores-gerais, no entanto, considera que há alguns problemas de comunicação institucional ou os servidores tiveram um entendimento equivocado. Explica que o campus Nova Venécia considerou que os os campi poderiam ajustar o modelo de acordo com suas necessidades e particularidades, desde que os ajustes não fossem contrários à legislação. No entanto, mostra-se confiante para com o sucesso do teletrabalho, para o qual é necessários alinhamentos e ajustes, principalmente, nas datas. A diretora Danielli explica que há parâmetros no sistema, e que por isso, a sugestão dos campi começarem separados e terminarem juntos pode se tornar um problema. Manifesta sua percepção pela qual os ajustes são referentes à minuta, o que é plausível, visto que, em pouco tempo, os dados serão mensurados em um plano de trabalho, e destaca que a Comissão Central solicitou que todos os campi caminhassem juntos, e que, considera o momento muito complicado, pois não são poucos os servidores que estão contando os dias para começar o teletrabalho e que lidar com as frustrações é muito complexo e doloroso. O dirigente Leandro concorda com a proposta de prazos distintos. O dirigente Hudson questiona se será possível alterar a minuta do edital. A diretora Danielli explica que a minuta foi elaborada para que houvesse critérios e cronogramas únicos, cabendo aos campi e Reitoria preencherem os quadro de vagas, havendo autonomia para optar pelo regime parcial ou integral e também incluir as chefias. Esclarece que os servidores não perceberam que as diretrizes tem o objetivo de não colocar mais um peso na chefia imediata, cabendo a elas, apenas recebem as demandas para o plano de trabalho, acrescentando que a diretriz visa nortear o gestor. Considera que mesmo com uma flexibilidade, não se deveria alterar os critérios e tampouco cronograma, no entanto, o que o Colégio de Dirigentes decidir será passado para a Comissão Central. O dirigente Hudson sugere que os

campi entrem no programa em tempos diferentes. A diretora Danielli alerta que essa opção pode ser mais trabalhosa para a Comissão Central acompanhar a execução do programa, posicionando-se favorável a dois cronogramas. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favorável a dois cronogramas, cujos prazos serão passados a diretora Danielli pelo dirigente Leandro Bitti. O dirigente Diemerson destaca que dia 13/03/1993 nascia o segundo campus mais bonito do Ifes, o seja, o campus Colatina, pois o primeiro, sem sombra de dúvidas é o campus Vila Velha. Brincadeiras à parte, demonstra sua satisfação para com a gestão do dirigente Octávio e parabeniza publicamente o campus Colatina pelos seus 29 anos. O Presidente lembra do dia da inauguração que teve a presença do diretor Zenaldo e também do Governador que chegou de helicóptero, e relata histórias engraçadas do evento. O dirigente Edson demonstra sua preocupação para com as pauta do ano letivo 2022 e a IN 90, pois elas deveriam constar a possibilidade de uso de Apnp's para os professores que estão em trabalho remoto por causa da IN, questionando como o assunto será tratado no Conselho Superior. O Presidente sugere que um conselheiro, representante do Colégio de Dirigente, apresente essa solicitação na reunião do Conselho Superior que será realizada no dia 18/03 /2022. O Colégio de Dirigentes se manifesta favorável a essa proposta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declara encerrada a reunião. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.

*(Assinado digitalmente em 21/10/2022 10:16)*

ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS

*PRO-REITOR(A) - TITULAR*

*REI-PROEN (11.02.37.13)*

*Matrícula: 1844857*

*(Assinado digitalmente em 27/10/2022 12:13)*

ANDERSON ROZENO BOZZETTI BATISTA

*DIRETOR - TITULAR*

*NOV (11.02.26)*

*Matrícula: 3613435*

*(Assinado digitalmente em 21/10/2022 10:34)*

ANDRE ROMERO DA SILVA

*PRO-REITOR(A) - TITULAR*

*REI-PRPPG (11.02.37.15)*

*Matrícula: 1653769*

*(Assinado digitalmente em 21/10/2022 08:39)*

DANIELLI VEIGA CARNEIRO SONDERMANN

*DIRETOR - TITULAR*

*REI - DIEX (11.02.37.06)*

*Matrícula: 1544675*

*(Assinado digitalmente em 31/10/2022 11:07)*

DIEMERSON DA COSTA SACCHETTO

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*VV (11.02.34)*

*Matrícula: 2560543*

*(Assinado digitalmente em 20/10/2022 14:08)*

EDNALDO MIRANDA DE OLIVEIRA

*DIRETOR - TITULAR*

*STA (11.02.29)*

*Matrícula: 2156961*

*(Assinado digitalmente em 20/10/2022 17:39)*

EDSON MACIEL PEIXOTO

*DIRETOR - TITULAR*

*CAI (11.02.18)*

*Matrícula: 391599*

*(Assinado digitalmente em 21/10/2022 17:17)*

EGLON RHUAN SALAZAR GUIMARAES

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*IBA (11.02.23)*

*Matrícula: 1872101*

*(Assinado digitalmente em 24/10/2022 09:32)*

EROS SILVA SPALLA

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*SMT (11.02.31)*

*Matrícula: 2661128*

*(Assinado digitalmente em 20/10/2022 22:02)*

FABIO LYRIO SANTOS

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*ITA (11.02.24)*

*Matrícula: 1228029*

**(Assinado digitalmente em 24/10/2022 14:57)**

**GILMAR LUIZ VASSOLER**

*DIRETOR - TITULAR*

*SER (11.02.32)*

*Matrícula: 1544688*

**(Assinado digitalmente em 20/10/2022 13:47)**

**HUDSON LUIZ COGO**

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*VIT (11.02.35)*

*Matrícula: 270383*

**(Assinado digitalmente em 21/10/2022 08:24)**

**JADIR JOSE PELA**

*PRESIDENTE - TITULAR*

*REI-CLD (11.02.37.18)*

*Matrícula: 269990*

**(Assinado digitalmente em 20/10/2022 13:51)**

**JOAO MARCOS MARETO CALADO**

*ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO*

*REI-CGSI (11.02.37.12.03.02)*

*Matrícula: 2659184*

**(Assinado digitalmente em 21/10/2022 14:25)**

**JOCELIA ABREU BARCELLOS VARGAS**

*DIRETOR - TITULAR*

*CAR (11.02.19)*

*Matrícula: 1482617*

**(Assinado digitalmente em 21/10/2022 16:09)**

**LEANDRO BITTI SANTA ANNA**

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*ARA (11.02.16)*

*Matrícula: 1585493*

**(Assinado digitalmente em 20/10/2022 16:39)**

**LEONARDO DE MIRANDA SIQUEIRA**

*DIRETOR - TITULAR*

*BSF (11.02.17)*

*Matrícula: 2148760*

**(Assinado digitalmente em 26/10/2022 14:47)**

**LEZI JOSE FERREIRA**

*PRO-REITOR(A) - TITULAR*

*REI-PROAD (11.02.37.11)*

*Matrícula: 270181*

**(Assinado digitalmente em 11/11/2022 09:46)**

**LUCIANO DE OLIVEIRA TOLEDO**

*PRO-REITOR(A) - TITULAR*

*REI-PRODI (11.02.37.12)*

*Matrícula: 1545289*

**(Assinado digitalmente em 21/10/2022 10:18)**

**MAIRA MACIEL MATTOS DE OLIVEIRA**

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*VNI (11.02.33)*

*Matrícula: 1660854*

**(Assinado digitalmente em 24/10/2022 13:44)**

**MARCELO FANTTINI POLESE**

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*PIU (11.02.28)*

*Matrícula: 1910631*

**(Assinado digitalmente em 21/10/2022 15:16)**

**MARIELLA BERGER ANDRADE**

*PROFESSOR DO ENSINO BASICO TECNICO E TECNOLÓGICO*

*CEF-CGE (11.02.38.01.05)*

*Matrícula: 1509960*

**(Assinado digitalmente em 20/10/2022 13:56)**

**OCTAVIO CAVALARI JÚNIOR**

*DIRETOR - TITULAR*

*COL (11.02.21)*

*Matrícula: 1652521*

**(Assinado digitalmente em 23/11/2022 11:46)**

**PABLO AUGUSTO PANETTO DE MORAIS**

*DIRETOR - TITULAR*

*REI-DRGP (11.02.37.12.01)*

*Matrícula: 3649874*

**(Assinado digitalmente em 24/10/2022 13:45)**

**REGIANE TEODORO DO AMARAL**

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*VIA (11.02.42)*

*Matrícula: 1547964*

**(Assinado digitalmente em 21/10/2022 10:55)**

**RENATO CHAVES OLIVEIRA**

*DIRETOR - TITULAR*

*CSE (11.02.20)*

*Matrícula: 2545560*



*(Assinado digitalmente em 20/10/2022 16:46)*

RODRIGO VAREJAO ANDREAO

*DIRETOR - TITULAR*

*REI-PIV (11.02.37.09)*

*Matricula: 1584590*

*(Assinado digitalmente em 21/10/2022 12:04)*

ROMULO MATOS DE MORAES

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*ALE (11.02.15)*

*Matricula: 2916996*

*(Assinado digitalmente em 21/10/2022 09:33)*

SANDRA MARA MENDES DA SILVA BASSANI

*DIRETOR GERAL - TITULAR*

*LIN (11.02.25)*

*Matricula: 2694893*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifes.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **3**, ano: **2022**, tipo: **ATA DE REUNIÃO**, data de emissão: **20/10/2022** e o código de verificação: **7f3c5cc821**